

ENTREVISTA - PROF. NELSON PRETTO - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA

ENTREVISTA - PROF.
NELSON PRETTO -
UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA - UFBA

P - Prof. Nelson Pretto, é uma honra tê-lo como entrevistado, no dossiê da Revista Educação em Foco (UFJF-MG), intitulado "Educação e cibercultura: contexto de resistência dentro e fora do Brasil". Em virtude do forte vínculo entre o tema do dossiê e seus estudos e ações, o senhor poderia fazer um breve histórico da sua trajetória, como pesquisador e ativista?

NP - O primeiro aspecto a mencionar é sobre a ideia de *ser ativista*, uma vez que eu sempre compreendo o papel do professor, qualquer que seja o nível de sua atuação, como essencialmente um papel político, portanto, ativista.

Gosto muito quando Henry Giroux afirma que o professor tem que ser um intelectual, que é, aliás, o título de um dos seus livros. Gosto de complementar afirmando que o professor deve ser também um intelectual com forte ação política, por isso que considero muito imprescindível a valorização do professor para que ele possa exercer plenamente as suas funções, que não são poucas, nem pequenas. Por isso, necessário que tenhamos muito claro de que o professor precisa ser muito bem remunerado, ter boa formação inicial e continuada e, também, boas condições de trabalho. Essa tríade é fundamental para esse profissional possa, efetivamente, ter um significativo papel na sociedade.

Eu posso dizer fui relativamente um privilegiado, porque, de fato, eu tive uma razoável educação, em boas escolas, com uma sólida formação ética ao mesmo tempo que vivia em uma condição familiar que me proporcionou uma bagagem cultural mais ampla, com acesso a diversos recursos

Educ. foco,
Juiz de Fora,
v. 23, n. 1, p. 269-278,
Jan/abr 2018

do universo das culturas, das ciências e, com essa formação, fiz a opção de ser professor. Por ter feito essa opção, e por estar em relativa condição, pude me impor em meus locais de trabalho desde os primeiros tempo. Assim, comecei desde cedo atuando na educação com relativa independência, o que significava, e significa até hoje, que desde os meus primeiros dias como professor, lá nos idos de 1974, eu atuava com igual intensidade nas salas de aulas dos colégios onde ensinava física, e no movimento sindical, integrando o grupo de professores que lutou pela retomada do nosso Sindicato dos Professores, o que se concretizou em 1979. Essa é uma bela história, e conto um pouco dela em meu livro *Uma dobra no Tempo: um memorial (quase) acadêmico*, editado pela Editus, editora pública da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), na região de Ilhéus e Itabuna, na Bahia. Entendia, e exercia, desde aquele tempo, que o meu trabalho tanto no sindicato como no cotidiano da sala de aula, era essencialmente um trabalho de formação política. Observe que eu estou falando de um professor de física no ensino médio. Eu não era um professor de história ou de sociologia ou de filosofia, o que seria, digamos assim, mais natural tratar de política. Eu era professor de física!. Para você ter uma ideia, no colégio Maristas, em Salvador, onde atuava no primeiro ano do ensino médio, discutimos e encenamos, como parte da avaliação final do ano, a peça Galileu Galilei, de Bertold Brecht. Conseguimos que a direção da escola contratasse uma diretora de teatro, Isa Trigo, para preparar os alunos(as) para encenarem a peça. No teatro, os alunos representavam e assistiam Galileu Galilei, e e no outro momento da aula – sim porque o teatro era parte aula de Física! -, num outro tipo de sala de aula que não o teatro, discutíamos os conceitos de ciência, a relação da ciência com a sociedade e os diversos conceitos físicos envolvidos em todas as questões trazidas por Galileu.

Isso é o que eu denomino de professor ativista, um professor que *hackea* a educação instituída, criando e possibilitando outras experiências formativas.

Na minha visão, o professor tem, pela sua própria natureza, a obrigação de ser um ativista político e mais do que tudo um comunicador, um comunicador dentro do processo de formação da sala de aula, essa é uma dimensão intrínseca mais evidente, mas, também e tão importante quanto, um comunicador na sua relação com a sociedade.

É óbvio que agora podemos dar uma salto no tempo e chegarmos aos dias de hoje com a forte presença do digital que possibilita de forma absolutamente fascinante que esta comunicação com a sociedade se dê de forma muito mais fácil, possibilitando, inclusive, que questionemos os próprios meios de comunicação de massa. Óbvio que não estou afirmando que isso seja fácil. Essa outra (e nova!) forma de comunicação pela web e redes sociais é efetivamente disruptiva e pode, potencialmente, mexer com todo o sistema.

P - Quais as principais contribuições dos seus atuais estudos e pesquisas e das atuais investigações do grupo de pesquisa GEC, na relação entre Educação e Net-ativismo?

NP - A partir de agora, então, deixo de falar no singular, na primeira pessoa, no Eu, mas passo a desenvolver o meu raciocínio essencialmente no plural, na primeira pessoa do plural, com o nós – os nós! - fortalecido(s). Começamos a trabalhar de forma mais intensa, portanto, a partir do grupo de pesquisa GEC (Educação, Comunicação e Tecnologias: www.gec.faced.ufba.br), com aquilo que ficou conhecido, a partir do livro de Pekka Himanem, como *a ética dos hackers*, uma ética que tem essencialmente na colaboração, no aberto, na horizontalidade dos processos, alguns dos seus elementos mais fundamentais e isto, portanto, vem favorecendo a nossa atuação ativista.

Mas aqui um alerta, mais que fundamental: observem que sempre falo em *potencialmente*, por que tudo isso só será, de fato, possível, se tivermos políticas públicas que garantam

o acesso às redes. Mais coisas são necessárias, claro, mas esse acesso à infra estrutura é primordial. Desde o início da implantação da internet no Brasil dizemos isso e, na prática, ainda estamos longe de termos condições adequadas que viabilize a participação plena de todo cidadão na cibercultura. Se interessar, e espaço tivermos, podemos voltar a isso adiante.

De forma breve, ainda quero destacar que o barateamento e a miniaturização das tecnologias têm possibilitado que nós - professores e alunos - possamos nos apropriar desses aparatos tecnológicos e usá-los efetivamente em defesa da democracia, em defesa das liberdades, em defesa da difusão e da democratização do conhecimento. Portanto, as pesquisas em andamento em nosso grupo têm trabalhado muito fortemente em várias dessas frentes e eu gostaria de destacar algumas delas.

Primeiro, há um intenso debate sobre as políticas públicas de TI, com especial ênfase sobre a denominada “inclusão digital”. Neste particular os trabalhos que vêm sendo feito por nós juntamente com as colegas Maria Helena Bonilla e Salete Noro Cordeiro são muito importantes uma vez que não podemos compreender esta apropriação das tecnologias sem que as condições concretas sejam dadas a todo e qualquer cidadão, independente de sua classe social e de sua capacidade de financiar esse acesso. Estamos nos referindo aqui mais especificamente ao Plano Nacional de Banda Larga, à conexão das escolas, sobre o fortalecimento da infraestrutura das escolas para uso pleno de todas essas tecnologias e coisas dessa natureza. O que temos observado é que hoje, praticamente todos os alunos possuem um celular inteligente, mas que para se conectar à internet precisaria de recursos para contratar planos de acesso (3G, 4G ou 5G), o que lhe traz uma responsabilidade financeira que ele não é capaz de suportar. Desta forma, a conexão através das redes sem fio se torna algo de crucial para a efetiva “inclusão digital” e a escola tem um papel enorme nisso. Obviamente uma escola que tem 300 ou 400 crianças/jovens, quando não muito mais, e que oferece,

quando oferece, uma conexão de 10 GB, não suportará essa meninada toda se conectando, navegando nas redes sociais, fazendo pesquisas, publicando e baixando conteúdos. Por isso que para nós, o debate prioritário é sobre as políticas públicas de TI, com especial ênfase sobre a denominada *inclusão digital*. É nesse particular que os trabalhos que estamos desenvolvendo são muito importantes, porque não podemos compreender a apropriação das tecnologias sem que as condições concretas sejam dadas.

Uma segunda frente em nosso grupo tem haver exatamente com que nós chamamos de Ética dos Hackers, como já mencionei. Entram aqui tudo o que estamos investigando sobre a a forma como os hackers vem atuando, seja em hackers clubes, seja nas empresas ou em seus tempos livres. Associado a isso tem um leque de temas que são básicos para se compreender esse universo e relacioná-lo à educação. Necessário aprofundar as questões ligadas às políticas de telecomunicação, aos direitos autorais, às formas de licenciamento das produções culturais e científicas, do software livre e tudo mais associado à esta perspectiva de liberdade. Num plano mais amplo, tudo isso está fortemente ligado àquilo que tem sido outra preocupação do nosso grupo que é o movimento de ciência aberta e cidadã.

Essa frente de pesquisa está comigo juntamente com as professoras Karina Menezes e Salete Noro, junto com diversos outros mestrandos e doutorandos.

Aqui gostaria de destacar um componente curricular que criamos na nossa pós-graduação oferecido uma vez por ano denominado *Ética Hacker e Educação*. Merece destaque também a atividade que realizamos em 2010 como parte deste componente curricular que foi evento *A ética hacker e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia* durante a semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2010, que realizamos em parceria com o Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia (IRDEB – Rádio e TV Educativa). O material desse evento está disponível em nossa página e foi muito bacana

o que aconteceu, pois durante praticamente um mês a rádio e a televisão educativa veiculavam vinhetas sobre o tema, vinhetas produzidas como parte do componente curricular, na tentativa de construir uma narrativa positiva sobre o trabalho dos hackers. Foi muito bom, mas não quero me alongar, pois sobre isso poderíamos conversar em outros tempos. Fica para outra oportunidade.

Uma outra frente do nosso grupo de pesquisa, desta vez liderada pelo professor Edvaldo Couto, tem como foco as relações da cibercultura com o corpo, com as questões de gênero, com as questões da leitura e da escrita na cultura digital. O professor Edvaldo Couto tem trabalhado muito fortemente nestas questões com diversos orientandos de iniciação científica, de mestrado e doutorado.

Destaquei aqui apenas três grandes linhas dos trabalhos do GEC, mas seguramente temos muitos outros aspectos que estão associados a todas estas questões e que no espaço que aqui temos não será possível detalhar.

Por último, um destaque que me parece fundamental, é a preocupação que temos sempre de buscar articular a pesquisa, o ensino e a extensão de forma a compreendermos aquilo que foi a nossa luta na escrita da Constituição de 1988 e que está no artigo 207, que é a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Isso não pode ser letra da Constituição Federal, tem que se configurar como um cotidiano das ações de professores universitários, principalmente nas universidades públicas. Penso ser esta, também, uma ação ativista muito importante.

P - Olhando para os dias de hoje, que outras ações e/ou pesquisas o senhor apontaria como relevantes, na discussão sobre a relação entre educação e cibercultura, em um cenário de resistência?

NP - Mais uma vez aqui a questão ativista vem à tona porque neste cenário de resistência, necessário por conta do

golpe parlamentar-jurídico-midiático que aconteceu no Brasil com a deposição da Presidente Dilma Rousseff em 2016, nos leva a pensar na necessidade construir – ou quem sabe resgatar? – outras narrativas.

Penso que nós das universidades fomos perdendo gradativamente a narrativa daquele momento histórico. Ou seja, nos entrincheiramos, de um lado vivendo de forma quase alucinada as demandas advindas pela correta expansão do sistema público de ensino superior e, de outro, sendo atolados por lógicas produtivistas, de caráter internacional, que não tem nos possibilitado uma ação mais concreta na construção dessa narrativas outras.

Deixamos, assim, algo que de fato nunca foi muito bem visto pela academia, meio que lado a nossa relação com a mídia. Perdemos, assim, a construção de outras narrativas, tanto no campo político, como no nosso próprio campo, o educacional. Não enfrentamos ativamente a disputa conceitual em torno das concepções de educação para os grandes grupos chamados de *reformistas empresariais da educação*, que conseguiram, ao longo dos últimos anos, ocupar muito espaço a ponto de, hoje, serem as principais fontes de informações para as matérias jornalísticas das rádios, televisões e jornais. Ou seja, nós acadêmicos perdemos esse espaço, ou, pelo menos, não os ocupamos na grande mídia, obviamente sabedores que somos que essa ocupação, no entanto, não depende única exclusivamente da nossa própria intenção e boa vontade. O fato é que perdemos também, ou pelo menos, não ocupamos tão intensamente como poderíamos, outros espaços como o das redes sociais e da web em sentido mais amplo. Gosto de dizer que não produzimos e nos apropriamos das mídias ninjas. Não estou aqui, necessariamente, referindo-me ao importante Movimento Mídia Ninja – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação (https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%ADdia_Ninja). Refiro-me, sim, a todas as possibilidades que temos de apropriação dessas tecnologias para produzir a comunicação. E, com isso, outras narrativas.

Portanto o que eu tenho pesquisado, trabalhado e defendido é a necessidade de fortalecermos esta dimensão de comunicação ativista, nos apropriando intensamente das redes sociais e das redes digitais, enfrentando assim as grandes empresas e os grandes conglomerados multinacionais que dominam o mercado publicitário, a infraestrutura tecnológica e os meios de produção simbólica planetária, que estão concentrados em poucos grandes grupos midiáticos e, no campo da web, pelos gigantes de tecnologias, em torno do grupo conhecido pelo acrônimo GAFA - Google, Amazon, Facebook e Apple. Com mais dois ou três outros gigantes, esses grupos dominam os mercados em praticamente todo os continentes, nos fazendo efetivamente seus prisioneiros. Deixamos de ter a liberdade que se anunciava como promissora nos primeiros tempos da internet, com a criação dos protocolos de comunicação e os recursos de navegação, como a web. Importante lembrar que esses primeiros movimentos foram decisivos pois, pois o que seus criadores, como Tim Bernes-Lee e muitos outros pioneiros da computação, fizeram foi deixar livre, sem patenteamento, todas as descobertas estruturantes daquilo que viria ser a internet. Deixaram essas descobertas livres, como um bem da humanidade para a humanidade. Isso, hoje, está sendo apropriado, cerceado, por estas grandes empresas de tal forma que hoje temos a internet como sendo verdadeiros *Jardins Murados*. Temos a sensação de que somos livres para navegar, mas, na verdade, somos induzidos por estas grandes empresas e ficamos presos dentro de bolhas criadas pelos seus algoritmos, que não sabemos quais são nem como estão programados.

Configura-se aqui mais uma das nossas necessárias frentes de luta ativista que terá que unir estudantes, professores, sociedades científicas, sindicatos, sociedade em geral, numa grande disputa em defesa da democratização do planeta.

P - Fazendo um exercício de prospecção, quais os principais desafios, possibilidades e perspectivas, na relação entre educação e cibercultura, em contexto de resistência, no Brasil e no mundo?

NP – De certa forma o final da minha questão anterior já apontou um pouco para isso. Creio que temos que abrir frentes de lutas e uma das mais importante é fazer uma profunda discussão sobre a democratização da mídia. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), eu sou um dos conselheiros da região Nordeste, instituiu um Grupo de Trabalho, do qual eu sou coordenador, para até o final deste primeiro semestre elaborar um documento propositivo na linha de defender estratégias para a democratização da mídia brasileira. Não é possível termos a concentração de poder que temos hoje na mão de poucos e poderosos grupos/famílias que dominam a mídia.

Uma outra frente como já mencionei, é uma luta em defesa do uso intensivo de Softwares Livres nas universidades e nas escolas. Não podemos aceitar esses acordos que vêm sendo feito com grandes empresas como a Google por Secretarias de Educação e até mesmo universidades. O pior é que esses gestores ainda afirmam que nesses acordos não se está pagando nada, sendo, portanto, benéfico para o público. Na verdade, esses acordos estão saindo muito, muito caro, pois a moeda com que eles estão sendo pagos é uma das moedas mais preciosas do contemporâneo, que são os nossos dados. Dados dos estudantes de todas as escolas públicas e universidades que aderiram acriticamente a eles. Como disse, é uma luta difícil, uma luta contra gigantes e que temos que enfrentar urgentemente.

Como afirma o professor Marcos Dantas, um dos nossos representantes acadêmicos no Comitê Gestor da Internet (CGI), temos uma situação muito particular uma vez que todos nós, de forma coletiva, trabalhamos para fortalecer esses sistemas sendo os seus usuários. Com isso, as plataformas

crecem, e com elas suas empresas, enriquecendo dois ou três donos das empresas, como os Jeff Bezos, da Amazon, que nesse mês de março de 2018 passou a ser o homem mais rico do mundo. Ou seja, trabalhamos de graça para Ele ficar rico!

No campo educacional uma grande frente que temos e que está associado às questões trazidas pela cibercultura é uma luta contra os reformadores empresariais educacionais que estão passo-a-passo ocupando todos os espaços tanto no Governo pós-golpe como nas próprias escolas e secretarias de educação a partir de consultorias.

Mais do que tudo, estão atuando de forma intensa na construção de narrativas educacionais, apropriando-se da grande mídia de tal forma a cada vez mais ocupar mais espaço e com isso influenciar de forma decisiva nas políticas públicas, a exemplo da recente aprovação da Base Nacional Comum Curricular, ou nas grandes empresas fornecedoras de materiais didáticos, associado à aquisição em massa de escolas, faculdades e universidades.

Observamos, assim, a implantação de uma educação de elite para uns poucos, e do outro lado, uma educação homogeneizante no sistema público.

Esta não é uma luta pequena nem apenas interna ao nosso campo Educacional. Ela demandará uma grande ampliação do nosso espectro de atuação e, mais do que tudo, um espírito ativista muito forte.